

Foto: Cezar Rodrigues

Ponte sobre o rio Gurupi

Exploração ilegal de ouro afeta Terra Indígena Alto Turiaçu (MA)

DATA DE EDIÇÃO
07/03/2013

MUNICÍPIOS
MA - Centro do Guilherme

LATITUDE
-2,3215

LONGITUDE
-46,0972

SÍNTESE

Nos últimos anos, operações policiais foram realizadas nos limites da Terra Indígena (TI) Alto Turiaçú com o intuito de coibir crimes ambientais e o garimpo ilegal de ouro. A TI foi homologada em 1982, por meio da Portaria n° 1.408 da Funai, com área de 530.524 hectares. Sua população, em 1989, era de 881 pessoas, distribuídas nas etnias indígenas Urubu-Kaapor, Guajá e Tembé.

APRESENTAÇÃO DE CASO

Em meados de outubro de 2009, uma operação conjunta entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Maranhão, a Polícia Civil, Militar e o Grupo Tático Aéreo foi empreendida para identificar e reprimir atividades ilegais dentro da Terra Indígena (TI) Alto Turiaçú. A ação teve como objetivo específico coibir o cultivo de maconha (traficantes do polígono da maconha de Pernambuco teriam migrado para a região) e registrar demais atividades irregulares na área (CONEXÃO TOCANTINS, 2009).

Localizada em Centro do Guilherme, município maranhense, com 1.074,061 km² e 12.565 habitantes (IBGE, 2010), a TI está situada às margens do rio Gurupi, na divisa do Maranhão com o Pará e foi homologada em 1982, por meio da Portaria n° 1408, da Fundação Nacional do Índio (Funai). Com uma área de 530.524 hectares (FUNAI, 2011), a terra indígena contava, em 1989, com 881 pessoas, distribuídas nas etnias indígenas Urubu-Kaapor, Guajá e Tembé (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2011).

A operação foi realizada com sucesso, destruindo milhares de pés de maconha, e identificando outras irregularidades na região, como a exploração ilegal de madeira e o funcionamento de um garimpo clandestino, detectado por sobrevoo. Foi percebida uma grande área de extração e muitos homens trabalhando no local. Durante essa operação não foi efetuada nenhuma ação com relação à garimpagem, já que o foco específico era outro; no entanto os indícios foram suficientes como ponto de partida para a implementação de ações conseguintes (CONEXÃO TOCANTINS, 2009). A presença de garimpeiros na região já havia sido denunciada à Funai pelos índios da etnia Urubu-Kaapor, que habitam a TI (ARRUDA, 2009).



Foto: Raphael Lorenzeto de Abreu in Wikipedia

Localização do munícipio de Centro do Guilherme no Maranhão

No final do mês de outubro de 2009, agentes da Funai, da Polícia Federal (PF) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) iniciaram incursão para retirar os garimpeiros da TI. Desta vez, a ação fez parte da Operação Arco de Fogo, deflagrada no estado em junho do mesmo ano [2009], com objetivo de reprimir e prevenir delitos ambientais, tais como práticas de tráfico e extração ilegal de madeira, ilegalidades na área de mineração, agressões à fauna, entre outros (GTERRA, 2009). A ação integrou especificamente a Operação Aturawaca, que combate tais crimes com especial atenção ao território

compreendido pela TI Alto Turiaçu, pelas reservas indígenas Awá e a Caru, e pela Reserva Biológica do Gurupi, que formam um conjunto contíguo, situado no oeste do Maranhão. Na região, se concentram remanescentes da floresta amazônica no estado, correspondendo a territórios da Amazônia Legal (DIETRICH, 2009). Sabe-se que estas terras estão sob constante pressão da exploração madeireira ilegal — atividade que continua sendo desenvolvida abertamente (ARRUDA, 2009).

A região também é alvo de exploradores de ouro, embora tenha sido observada a necessidade de se investigar a ocorrência da atividade garimpeira recente (CONEXÃO TOCANTINS, 2009). A região pertence à província estrutural Parnaíba (HASUI et al., 1984 apud YAMAGUTI; VILLAS, 2003) ou aos blocos crustais Belém e São Luís que abrangem o nordeste do estado do Pará e o noroeste do estado do Maranhão (HASUI et al., 1993 apud YAMAGUTI; VILLAS, 2003). Seu contexto geológico parece favorável à mineralização de ouro. Por esta razão, vários programas de exploração do minério foram realizados na área, sem que, contudo, nenhum depósito de vulto tenha sido descoberto (YAMAGUTI; VILLAS, 2003).

Em novembro de 2009, a PF, o Ibama, a Força Nacional de Segurança (FNS), a Funai e os Batalhões de Polícia Ambiental das PMs do Maranhão e Goiás realizaram mais uma grande ação conjunta, que resultou no fechamento de um garimpo ilegal de ouro, localizado nas proximidades da TI Alto Turiaçú. Segundo a PF, o garimpo, ativo há cerca de seis meses, chegou a ter aproximadamente 400 trabalhadores. Na ação, foram presas oito pessoas, dentre as quais o proprietário das terras, garimpeiros e donos de maquinários (GTERRA, 2009). Todos foram conduzidos à Base Operativa da Operação Aturawaca, no município de Santa Inês, onde foram feitos Termos Circunstanciados de Ocorrência. Os 12 autos de infração lavrados na operação totalizaram R$ 185 mil em multas por atividades exercidas sem licença da autoridade competente; por utilização de mercúrio — substância tóxica, nociva à saúde humana e ao meio ambiente, usada na separação do ouro e que pode contaminar rios e córregos da região —; e por destruição de vegetação em área de preservação (DIETRICH, 2009).

Para realização da ação foi necessária ainda a utilização de três caminhões para a retirada de todo o maquinário apreendido, que incluía dragas, moinhos, motores, bombas, etc. No local, foram encontrados 20 motores utilizados para fazer funcionar quatro bombas d'água e 11 moinhos. Também havia uma considerável quantidade de mercúrio (GTERRA, 2009), além de armas brancas. Todo o material apreendido foi levado para Santa Inês (DIETRICH, 2009) e previamente avaliado em cerca de R$ 150 mil. Segundo dados preliminares da perícia da PF, a área danificada seria equivalente a quatro estádios do Maracanã, mas ainda não teria sido possível mensurar a extensão de todos os danos ambientais gerados (GTERRA, 2009).



Índios da etnia Awá-Guajá

Quanto ao histórico da extração de ouro no estado do Maranhão (mormente na parte oeste), pontua-se que a atividade garimpeira teve início ainda no período colonial, como atividade clandestina de escravos fugitivos e mineiros que procuravam escapar dos esforços da Coroa Portuguesa de tributar e regulamentar a mineração no Brasil. Já em 1810, comunidades de escravos fugitivos (mocambos e quilombos) começaram a se formar em área genericamente denominada “matas de Turiaçu”, terras das quais já seria extraído ouro. A garimpagem foi ilegal durante a maior parte de sua história, mas, em determinados períodos, também contou com a promoção dos governos de estado, articulando interesses privados (inclusive estrangeiros) e da gestão pública. No Maranhão, em 1854, o governo organizou programas que visavam à importação de colonos para trabalhar em projetos que combinavam agricultura e extração de ouro (CLEARY, 1992).

A instalação da Montes Áureos Gold Mining Company (companhia de mineração de capital inglês, que contava também com investimentos do grande capital brasileiro à época – como o do Barão de Mauá) representou um grande feito e de longe a mais significativa operação de mineração de ouro empreendida no Maranhão até 1980 (CLEARY, 1992). Situada na região de Montes Áureos, noroeste do estado, a aproximadamente 90 km da ponte sobre o rio Gurupi, na rodovia BR-316, dentro de uma estrutura ao longo da qual se encontram diversas ocorrências e antigos garimpos de ouro (YAMAGUTI; VILLAS, 2003), a instalação, no entanto, teve vida curta, deixando de funcionar 10 anos depois, quando o contrato de arrendamento venceu e, por razões não esclarecidas historicamente, não foi renovado (CLEARY, 1992).

Como resultado, voltaram a proliferar os garimpos clandestinos. Pelos idos de 1970-1980, compreendendo inclusive o contexto em que se dá a corrida do ouro na Amazônia, um projeto de colonização do estado provocou novo influxo populacional na região. Pequenos empresários de toda parte do Maranhão, e também de estados vizinhos, assim como garimpeiros, instalaram-se nas proximidades no rio Gurupi. Observa-se, entretanto, que as atividades

garimpeiras no Maranhão já não se comparam mais, tanto em relação ao número quanto à produção, com o volume da atividade em outras regiões garimpeiras, nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia (CLEARY, 1992).



Vista aérea do município de Centro do Guilherme

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A terra indígena Alto Turiaçu está situada no município de Centro do Guilherme (latitude 2°19'18''S e longitude 46°5'50"W), às margens do rio Gurupi que divide os territórios do Maranhão e do Pará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Roldão. Ação da Funai e PF desaloja garimpeiros. O Estado de São Paulo Online, São Paulo, 24 out. 2009. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=not_imp455724,0.php. Acesso em: 28 jun. 2010.

CLEARY, David. A garimpagem de ouro na Amazônia: Uma abordagem antropológica. Tradução de Virgínia Rodrigues Malm, do original inglês “Anatomy of the Amazon Gold Rush” de 1990. Edição brasileira: Rio de Janeiro, UFRJ, 1992. 237p.

CONEXÃO TOCANTINS. Operação policial destrói 70 mil pés de maconha no Alto Turiaçu. In: Guia Global, Informativo de quem tem e faz opinião. Maringá, 20 out. 2009. Disponível em: http://www.guiaglobal.com.br/noticia-operacao_policial_destroi_70_mil_pes_de_maconha_no_alto_turiacu-3341. Acesso em: 05 mar. 2011.

DIETRICH, Christian. Operação desmonta garimpo ilegal no Maranhão. Instituto Socioambiental (ISA), 12 nov. 2009. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_arp=3575#74884. Acesso em: 04 mar. 2011.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. Povos Indígenas. Coordenação Geral de Geoprocessamento (CGGEO). Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.funai.gov.br/mapas/fundiario/ma/ma-altoturiacu.htm. Acesso em: 05 mar. 2011.

GTERRA. Polícia Federal fecha garimpo no Maranhão. Teresina, 11 nov. 2009. Disponível em: http://www.gterra.com.br/policia/policia-federal-fecha-garimpo-no-maranhao-21307.html. Acesso em: 04 mar. 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Centro do Guilherme. In: IBGE Cidades, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=210315&r=2. Acesso em: 24 maio 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil, Terras Indígenas / Caracterização Socioambiental das Terras Indígenas no Brasil / Alto Turiaçu. Caracterização Geral, 2011. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_arp=3575. Acesso em: 05 mar. 2011.

YAMAGUTI, Humberto Sabro; VILLAS, Raimundo Netuno. Estudo microtermométrico dos fluidos hidrotermais relacionados com a mineralização aurífera de Montes Áureos, NW do Maranhão. Revista Brasileira de Geociências 33(1): 21-32, mar. 2003. Disponível em: http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rbg/article/download/10382/7607. Acesso em: 26 maio 2011.